

E, ele sabia.

Antônio nasceu numa cidade de porte médio, cem mil habitante, no interior do Rio Grande do Sul. Seus pais eram modestos chacareiros, labutavam de sol a sol para manter a família. Plantavam hortícolas de sobrevivência que consumiam e o pobre excedente, João, pai de Antônio, vendida de porta a porta. Havia, também, uma vaca leiteira, que os abastecia de lacto para o consumo diário e o sobranço, Maria, mãe de Antônio, usava-o para amearhar alguma economia com a produção, primeiro, de manteiga e depois queijo rustico. Também, doces como ambrosia, que vendia, igualmente, para vizinhos mais abastados e, mesmo, no mercado principal da cidade.

A vida simples e dura dos pais de Antônio era marcada por uma angústia constante: educar seu filho; dar-lhe um futuro melhor do que aquele diuturno sofrer.

Assim, logo que Antônio completou sete anos, João tratou de dirigir-se à cidade – seu lote ficava na área periférica – a fim de matricular o filho no grupo escolar. Foi bem recebido, João, pela professora secretária, que o conhecia e admirava o trabalho que desenvolvia, enfrentando muitas dificuldades. Gostava das ambrosias de Maria e os aipins e abóboras que lhe chegavam às mãos, compradas diretamente do chacareiro.

Saiu do grupo escolar com uns papeis que significavam a matrícula de Antônio no primeiro ano do curso primário. Iria, seu filho, aprender a ler e escrever. Quem sabe, um dia, não seria um médico ou um advogado? – fantasiou, na alegria do papel que tinha às mãos, um João feliz. E feliz mostrou o documento à Maria e para Antônio – recomendando a este que deveria se aplicar, estudando. Pai e mãe – disse – continuariam a trabalhar como sempre e ele teria como único encargo estudar.

E Antônio levou a sério o pedido de seu pai, às vésperas de seu ingresso no grupo escolar, para aprender o bê-á-bá.

As aulas se iniciaram em março, o ano era 1940.

Março fora um encantamento. É bem verdade que teve de ouvir chacotas de meninos seus colegas, zombando de sua pobre indumentária, aquela que as economias de João e Maria haviam conseguido juntar. Mas Antônio era inocente o bastante para ignorar, ou não entender, aleivosias de seus coleguinhas.

Então, chegou o mês de maio. Vésperas do dia 13 de maio.

Comemorava-se o Dia da Abolição, reconhecimento cívico, forçado ou não, de uma efeméride nacional, a data em que Dona Izabel, princesa regente do Brasil império, assinou a Lei Áurea, tornando marginal a escravidão.

A professora, gentil jovem que era admiradora de João, de joãos, quem sabe, resolveu fazer uma modesta encenação teatral, tendo como atores os meninos do primário. Haveria

engenho de açúcar, com talos de cana recolhidos pela entusiasmada mestra; haveria o fazendeiro; haveria um desenho, também obra da professora, de uma casa grande. E haveria um escravo.

Antônio tornou-se, por decorrência da encenação do 13 de Maio, para os meninos de sua turma, a imagem rediviva do escravo, e desse desconforto não se livrou ao longo dos anos. Foi forte o bastante para enfrentar, com galhardia, cabeça em pé, outros muitos 13 de Maio. Mas a data nunca lhe foi confortável. Remetia-o às charqueadas, de humilhação inominável, não mais existentes, mas com seu cheiro histórico ainda no ar, vindo do município vizinho ao seu, a grande cidade de Pelotas.

Já advogado, jovem advogado, perguntava-se: que benefícios teria trazido a Lei Áurea?

Sua experiência de vida dizia-lhe que o ato redentor de Izabel, enfim, fizera por ficar à margem da estrada do desenvolvimento do país multidões de ex-escravos e seus descendentes. Veria ele próprio, quando adolescente, morador de uma pensão, república de estudantes em Porto Alegre, a capital do estado, esses filhos dos libertos em empregos humildes; poucos, como ele próprio, vencidas enormes barreiras, frequentavam escolas de ensino médio ou cursos profissionalizantes.

Nos seus momentos de reclusão no modesto quarto da pensão, enquanto lia tudo o que lhe caía às mãos, da literatura brasileira, uma indagação era constante: ao invés da reverência anual à Princesa Izabel, no 13 de Maio, não teríamos na história da raça negra, um verdadeiro símbolo para venerar?

Num município, também próximo a Pelotas, havia um outro menino. Da mesma forma, havia um homem velho, chamavam-no, todas as crianças, independentemente de serem ou não realmente filhos de um dos filhos desse homem – Vovô. Fortunato, o velho, naquele momento, contava uma história para o menino, de nome Olivê. A história era singela, das muitas que narrava, cujas raízes assentavam-se no imaginário fértil dos povos de onde viera, e que tinham como tradição milenar a cultura passar-se de forma oral de geração para geração. Falava de uma disputa entre uma tartaruga e um lagarto. Porém, visita na casa de Vovô, Olivê intrigara-se com uma imagem que estava depositada sobre um singelo aparador, repositório de um copo de água com uma flor sempre fresca, a fotografia em sépia, com moldura modesta, mas bem cuidada, de um negro, aparentemente baixo, sentado num trono, vestido como um militar. Esse homem, Olivê lembraria mais adiante, já adulto, tinha a mesma feição de Fortunato, com a diferença que este usava barba completamente branca e os cabelos apenas ficando grisalhos. O da fotografia tinha a cara redonda onde a boca parecia sumir em

meio à barba cerrada, bem aparada, e bigodes pretos; um nariz adelgado, que terminava em marcantes, por espessas, sobranceiras. Estas amparavam uma testa ampla, que só encontrava cabelos altos, crespos e bastos pouco além do início do couro cabeludo. Anos adiante, talvez misturando recordações da infância com imagens de atualidade, concluiu ser o homem do retrato de pele azeitonada. Olhando perdido, certa feita, para o homem da fotografia – um imperador? Olivê foi interrompido por Fortunato que falou algo que ele guardou, qual uma pétala de rosa num livro estimado. Disse o Vovô, um ex-escravo agrícola, que aprendeu a ler e escrever por si mesmo, com os livros que o seu dono, um liberal, o deixava manusear: *os seres humanos necessitam ter seus ídolos, e melhor que lhes sejam semelhantes.*

A frase singela, mas uma máxima para o menino, guardou-a como algo imorredouro.

Os anos se passaram. Olivê, como Antônio, foi para a capital e estudou. Deixou longe, no interior, local que como a terra de Antônio, ainda exalava o cheiro triste das inomináveis charqueadas.

Jovem com um ideal, que externava através da poesia, transformou em cruzada a busca por aquilo que, lá na infância, Vovô Fortunato lhe dissera. Encontrou Zumbi dos Palmares, que enfim, viu transformado, como Tiradentes, num dos heróis da nacionalidade brasileira.

Mas, nem por isto, deixou de entender o 13 de Maio, e a relevância do ato de Dona Izabel, ao lembrar que lá na sua terra, como em inúmeros sítios Brasil afora, incontáveis foram aqueles que, se não conseguiram o apoio devido pelo governo, para enfrentar um novo mundo que tardiamente despontava, ao menos deixaram de ser considerados legalmente como *res* – como coisa, pensou adequadamente na palavra latina.

Primeiro rascunho.

Em Maceió, 11 de janeiro de 2013.